

O conceito de fascismo vem sendo discutido por historiadores, sociólogos, filósofos, economistas e psicólogos há bastante tempo. Sem dúvida, o fenômeno do fascismo é bastante complexo, se considerarmos as suas origens, a sua evolução e principalmente a sua transformação através do tempo.

Assim, não se pode limitar o fascismo ao período compreendido entre as duas guerras mundiais, pois ele pode emergir nos mais diversos momentos sob formas variadas.

Por muitos anos, a explicação econômica do fascismo reinou absolutamente entre os estudiosos do tempo. De fato, ela se mostra satisfatória em certos aspectos, mas insuficiente quando são analisadas as rejeições e as afirmações do fascismo. Para os chamados “economicistas”, os capitalistas da Itália e da Alemanha se viram frente a frente com uma classe operária organizada e revolucionária após a Primeira Guerra Mundial e nos anos que se seguiram à Grande Depressão. Para que o movimento organizado da classe trabalhadora fosse esmagado, o grande capital se aliou aos partidos fascistas a fim de empreender uma contra-revolução.

Tal análise restringe o que aconteceu nas décadas de 20, 30 e 40 do século XX a um projeto político de poucos homens, que seriam os responsáveis por tudo que aconteceu. Como observa o prof. Alcir Lenharo, “para uma abordagem histórica do fenômeno nazista, faz-se primordial desvendá-lo não como uma obra de meia dúzia de endemoninhados; é preciso alcançar a dimensão social de uma experiência originária de sérios embates, fruto da crise por que passava o mundo capitalista” (Lenharo, Alcir. *Nazismo. O Triunfo da Vontade*. São Paulo, Ática, 1986, p. 11).

Quando se pensa que o fascismo rejeita a democracia – considerada fraca diante das pressões que determinados grupos podem exercer – o individualismo e a razão, fica mais fácil perceber a sua permanência. O fascismo não foi apenas um “mau momento” ou uma “má experiência”, e, também, não se pode estendê-lo até os dias atuais sem alterações de suas características consideradas

clássicas. Para Félix Guattari, “dever-se-ia, portanto, renunciar definitivamente a fórmulas demasiado simplistas do gênero: ‘o fascismo não passará’. Ele não só já passou, como passa sem parar. Passa através da mais fina malha; ele está em constante evolução; parece vir de fora, mas encontra sua energia no coração do desejo de cada um de nós. Em situações aparentemente sem problemas, catástrofes podem aparecer de um dia para o outro” (Guattari, Félix. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 188-9).

Como exemplo de catástrofe, Guattari cita o desastre chileno de 1973, e termina a parte das notas ao texto “Micropolítica do fascismo” (da obra citada anteriormente) com uma afirmação instigante: “Uma máquina totalitária enquanto tal, seja qual for o regime político do país onde ela está implantada, cristaliza sempre um desejo fascista”. Sem dúvida é preciso que se pense bastante nestas palavras.

Enquanto lê os textos e documentos selecionados, procure refletir sobre as seguintes questões:

1. Henri Michel nos apresenta as rejeições e as afirmações do fascismo, fundamentais para se conceituar o fenômeno. Procure elaborar um conceito de fascismo a partir das proposições do autor.
2. Como Leandro Konder analisa a adesão das massas ao movimento fascista?
3. Para Hannah Arendt, o sucesso do fascismo não pode ser atribuído apenas à propaganda. Como ela nos explica o êxito dos movimentos totalitários?
4. Quais são as contribuições de Nicos Poulantzas e de Erich Fromm para a interpretação do fascismo?
5. Explique de que maneira a situação econômico-social da Alemanha na década de 30 contribuiu para a emergência do fascismo.
6. O programa do Partido Nacional Socialista confirma as análises feitas pelos diversos autores citados anteriormente? Quais aspectos podem ser destacados no programa que confirmam as interpretações?
7. “A Traição” pode ser considerada como um retrato da nazificação da sociedade alemã? Justifique.

54. AS REJEIÇÕES E AS AFIRMAÇÕES DO FASCISMO

Henri Michel

Henri Michel é autor de uma vasta bibliografia da história do nosso tempo, com destaque para a história da Segunda Guerra Mundial e da Resistência Francesa. O seu livro Os Fascismos (Les

Fascismes, P.U.F., Paris, 1977) constitui-se em um ensaio de clarificação dos traços principais comuns do fascismo, tanto nos aspectos ideológicos como práticos. No texto selecionado, o autor nos apresenta o fundo fascista comum, uma mistura de rejeições e proposições, como ele mesmo afirma “uma espécie de limiar mínimo de um conjunto complexo, no qual se enxertam variantes”.

O que o fascismo rejeita *a priori* e totalmente é a sociedade liberal do século XIX, inspirada pela “filosofia das luzes”, transposta politicamente na Revolução Francesa. O fascismo não crê que os homens sejam iguais, nem que o homem seja naturalmente bom. Põe de lado Descartes, Kant, Rousseau, e, com estes, o positivismo, gerador do cientismo e da esperança num progresso contínuo. Essa condenação global dá origem a algumas rejeições.

Rejeição da democracia, considerada “podre” porque, sendo um regime de fraqueza dominado pelos grupos de pressão, é incapaz de salvaguardar o interesse nacional; o sistema parlamentar não passa de um jogo estéril, de um verbalismo alheio às realidades da nação; o pluralismo dos partidos apenas gera divisões e discussões inúteis; a escolha, pelo povo, dos dirigentes políticos é uma nociva quimera;

Rejeição, por conseguinte, do individualismo, dos direitos do homem, da “dignidade da pessoa humana”; porque o indivíduo não tem nenhum direito; apenas existe pela comunidade na qual se integra; precisa ser enquadrado e comandado;

Rejeição da sociedade liberal, porque a liberdade degenera em licença, e a licença em enfraquecimento da coesão do grupo; o grupo tem o direito de punir aqueles que recusam agregar-se-lhe; a justiça não tem como objeto defender o indivíduo, mas sim velar pela integridade do grupo, aplicando sanções àqueles que a prejudicam;

Rejeição dum comportamento comandado pela razão, que abafa o impulso vital; o fascismo é uma reação antiintelectualista, uma desforra do instinto; prega o culto da ação, proclama a virtude da violência.

Ao mesmo tempo, o fascismo combate o “socialismo marxista”, porque este é fundado na luta de classes e conduz à divisão e enfraquecimento do grupo social; não crê no esquema marxista do caráter irreversível da história. Censura também a liberdade econômica, o *laissez faire*, que permite aos fortes esmagar os fracos, em detrimento da coletividade, e muitas vezes esconde o domínio de um povo pobre por outro mais rico. Às internacionais comunista e capitalista, o fascismo procura contrapor o seu “socialismo nacional”.

AS AFIRMAÇÕES DO FASCISMO

Estas críticas não constituem novidade; o fascismo não fez mais do que popularizá-las; completa-as, em antítese, com afirma-

ções e proposições, que só assumem alguma originalidade pela sua conjunção; foi assim que se elaborou a pouco e pouco, ao correr da ação, uma doutrina quase coerente.

O fascismo é em primeiro lugar um *nacionalismo* exacerbado. A nação, sagrada, é o bem supremo. O seu interesse exige uma tripla coesão interna, política, social e étnica, e exige também a supressão dos antagonismos que a dividem e enfraquecem. O fascismo repudia a época que o precedeu — proclama-se revolucionário — e procura os seus modelos num passado da nação mais ou menos mítico — a germanidade, a latinidade, a hispanidade, o helenismo, a francidade, etc. Nesta idade de ouro, a nação era pura de qualquer elemento alheio; para a purificar de novo, o fascismo é xenófobo, racista, e, ao fim e ao cabo, anti-semita. Povo, Nação, Raça exprimem então a mesma realidade histórica.

O nacionalismo fascista é altivo e ambicioso; não há fronteira que não pretenda violar; há sempre um tratado qualquer que quer rever e algum território que pretende recuperar; no passado, encontra com facilidade um período de grandeza que pretende igualar. Apoiado pelo exército, escorado nos antigos combatentes, procurando a cooperação dos compatriotas exilados, o fascismo vai acabar naturalmente no *imperialismo*. Ridiculariza o *pacifismo dos balidos*, a começar pela Sociedade das Nações; exalta a aventura, o soldado, a luta; às soluções negociadas, prefere o *diktat* da vitória. Contém em si a guerra, como a nuvem negra contém o raio.

Para que a nação tenha a certeza de poder viver e prosperar, o *Estado* deve ser forte e autoritário. A centralização suprimirá os particularismos locais; o Estado fará prevalecer o interesse coletivo sobre os dos indivíduos, dos grupos profissionais ou das classes sociais. A *ditadura* que vai ser instituída confundirá os aparelhos do Estado e da ideologia partidária, à custa duma legalidade que suplantará a noção de Salvação Pública. O Estado será policial e a Justiça estará às suas ordens; as funções de advogados, acusadores, juízes, serão amalgamadas, porque o acusado será julgado pelas suas intenções e “moralidade política”, mais do que pelos seus atos; como outrora a Inquisição para os heréticos, o tribunal fascista esconjurará as impurezas nacionais.

Este Estado forte encarna-se num *chefe*, providencial, guia e salvador da nação, erguido da massa pelo impulso da sua personalidade; a sua palavra é lei e é também a verdade. As paredes de Roma proclamavam que “Mussolini tinha sempre razão”, e as multidões nazis gritavam o seu êxtase perante o “gênio” do Führer. Não há grupo fascista que não faça sacrifício ao culto do chefe; aliás, o *führer-prinzip* deve afirmar-se em todos os escalões da sociedade, tanto na economia como na administração.

Entre o chefe e o povo, o intermediário, a correia de transmissão é o *partido único*; este deve reunir um escol e, por meio de um

movimento juvenil único, deve também promover a sua renovação. A sociedade urdida pelo fascismo é hierarquizada; uns comandam, os outros crêem e obedecem, mas o poder vem sempre de cima; os fascistas travam a sua primeira batalha na rua, contra os seus adversários; passado isto, “reina a ordem” e a população é enquadrada territorial e profissionalmente, em organismos destinados a modificar o Estado. Assim irá surgindo, a pouco e pouco, uma nova classe dirigente.

Esta sujeição da população é justificada pelo fascismo com a defesa nacional e com a vontade de instituir uma sociedade mais justa; é isto o *socialismo nacional*, considerado a melhor arma contra o comunismo. É necessário ultrapassar a luta de classes e substituí-la pela sua cooperação. Não se trata de coletivização, nem de supressão do proletariado, e ainda menos de autogestão. Mas o Estado, por um lado, submeterá os interesses dos poderosos à lei comum, e, por outro, promulgará leis sociais destinadas a melhorar a condição operária. Regra geral, estas disposições serão um tanto esquecidas pelos partidos fascistas, uma vez alcançado o poder; mas contribuirão para os tornar ditaduras populares.

Para promover o “socialismo nacional”, as forças de produção são associadas numa *economia corporativa*. O fascismo pretende ultrapassar as tensões da sociedade industrial; daqui resultam organismos de cooperação em todas as profissões, as corporações, onde os patrões, operários e representantes do Estado têm assento, teoricamente, em pé de igualdade. Por um lado, a organização permite que o Estado tome até certo ponto à sua conta a economia nacional: facilita a direção planificada da produção e permite a realização da autarcia; por outro lado, o Estado desempenha o papel de medianoeiro nos conflitos de trabalho; de fato, com a supressão dos sindicatos e a proibição das greves, o sistema consolida o desequilíbrio social em proveito dos possidentes.

Para o fascismo, este conjunto de medidas deve permitir a formação e desenvolvimento de um *tipo de homem novo*. Este homem novo deve ser viril – o fascismo menospreza a mulher –, apto para o comando, duro para si próprio e para os outros. As suas qualidades dominantes serão a coragem, o espírito de disciplina, o sentido da solidariedade. Mais do que as qualidades intelectuais, os fascistas pretendem desenvolver as “qualidades animais” do homem; desconfiam do espírito crítico, que consideram dissolvente; o fascista contenta-se com “crer, obedecer, combater”. O ideal seria que o homem se tornasse um autômato perfeito, totalmente destituído de sensibilidade, despojado de qualquer sentido humanitário, capaz apenas de executar, sem discussão, todas as ordens que recebe. Este tipo de homem novo foi quase realizado na SS hitleriana.

Os educadores e os artistas devem dedicar-se a formar este novo tipo de homem. A cultura fascista recusa o universalismo do hu-

que legitimava as reivindicações imperialistas que ela – como representante da Itália-proletária – apresentava aos ingleses e franceses.)

Konder, Leandro. *Introdução ao Fascismo*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Graal Ltda., 1977, pp. 8-9. (Biblioteca de Ciências Sociais, v. 3, Série Política).

56. A EXPLICAÇÃO TOTALITÁRIA

Hannah Arendt

Hannah Arendt foi a autora que analisou com profundidade a noção de totalitarismo em sua obra já clássica sobre o assunto, O Sistema Totalitário. Ela desenvolve a idéia de que o regime totalitário transforma as classes em massas e substitui o sistema de partidos por um movimento de massa. Além disso, o regime totalitário desloca o centro do poder do exército para a política e em relação à política exterior objetiva a dominação do mundo.

A crença generalizada de que Hitler era simplesmente um agente dos industriais alemães e a de que Stalin só venceu a luta sucessória depois da morte de Lenine graças a uma conspiração sinistra, são lendas que podem ser refutadas por muitos fatos e, acima de tudo, pela indiscutível popularidade dos dois chefes. Não se pode atribuir essa popularidade ao sucesso de uma propaganda magistral e mentirosa que conseguiu arrolar a ignorância e a estupidez. Pois a propaganda dos movimentos totalitários, que precede a instauração dos regimes totalitários e os acompanha, é invariavelmente tão fraca quanto mentirosa, e os governantes totalitários em potencial iniciam geralmente as suas carreiras vangloriando-se de crimes passados e planejando cuidadosamente os seus crimes futuros. (...)

Os movimentos totalitários objetivam e conseguem organizar as massas – e não as classes, como o faziam os partidos de interesses dos Estados nacionais do continente europeu, nem os cidadãos com as suas opiniões peculiares quanto à condução dos negócios públicos, como o fazem os partidos dos países anglo-saxões. Todos os grupos políticos dependem da força numérica, mas não na escala dos movimentos totalitários que dependem da força bruta, a tal ponto que os regimes totalitários parecem impossíveis em países de população relativamente pequena, mesmo que outras condições lhes sejam favoráveis. Depois da Primeira Guerra Mundial, uma onda anti-democrática e pró-ditatorial de movimentos totalitários e semitotalitários varreu a Europa: da Itália disseminaram-se movimentos fascistas para quase todos os países da Europa central e oriental (os tchecos – mas não os eslovacos – foram uma das raras exceções); contudo nem mesmo Mussolini, embora useiro da expressão “Estado

totalitário", tentou estabelecer um regime inteiramente totalitário, contentando-se com a ditadura unipartidária. (...)

Os movimentos totalitários são possíveis onde quer que existam massas que, por um motivo ou outro, desenvolveram certo gosto pela organização política. As massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis. O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto.

Na sua ascensão, tanto o movimento da Alemanha como os movimentos comunistas da Europa depois de 1930 recrutaram os seus membros dentre essa massa de pessoas aparentemente indiferentes, que todos os outros partidos haviam abandonado por lhes parecerem demasiado apáticas ou estúpidas para lhes merecerem a atenção. A maioria dos seus membros, portanto, consistia em elementos que nunca antes haviam participado da política. Isto permitiu a introdução de métodos inteiramente novos de propaganda política e a indiferença aos argumentos da oposição: os movimentos, até então colocados fora do sistema de partidos e rejeitados por ele, puderam moldar um grupo que nunca havia sido atingido por nenhum dos partidos tradicionais. Assim, sem necessidade e capacidade para refutar argumentos contrários, preferiam métodos que levavam à morte em vez da persuasão, que traziam terror em lugar de convicção. As discórdias ideológicas com outros partidos ser-lhes-iam desvantajosas se eles competissem sinceramente com esses partidos: não o era, porém, porquanto lidavam com pessoas que tinham motivos para hostilizar igualmente todos os partidos.

O sucesso dos movimentos totalitários entre as massas significou o fim de duas ilusões dos países democráticos em geral e, em particular, dos Estados-nações europeus e do seu sistema partidário. A primeira foi a ilusão segundo a qual o povo, na sua maioria, participava ativamente do governo e que todo o indivíduo simpatizava com um partido ou outro. Esses movimentos, pelo contrário, demonstraram que as massas politicamente neutras e indiferentes podiam facilmente constituir a maioria num país de governo democrático e que, portanto, uma democracia podia funcionar de acordo com normas que, na verdade, eram aceites apenas por uma minoria. A segunda ilusão democrática destruída pelos movimentos totalitários foi a de que essas massas eram realmente neutras e que nada mais constituíam senão um silencioso pano-de-fundo para a vida política da nação. Agora, os movimentos totalitários demonstravam que o

governo democrático repousava na silenciosa tolerância e aprovação dos setores indiferentes e desarticulados do povo, tanto como nas instituições e organizações articuladas e visíveis do país. Assim, quando os movimentos totalitários invadiram o Parlamento com o seu desprezo pelo governo parlamentar, pareceram simplesmente contraditórios; mas, na verdade, conseguiram convencer o povo em geral de que as maiorias parlamentares eram espúrias e não correspondiam necessariamente à realidade do país, solapando com isto a dignidade e a confiança dos governos na soberania da maioria.

Arendt, Hannah. *O Sistema Totalitário*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978, pp. 393, 395-6 e 399-400. (Coleção Universidade Moderna, v. 60).

57. A CRISE POLÍTICA:

A PEQUENA BURGUESIA COMO FORÇA SOCIAL

Nicos Poulantzas

O texto a seguir analisa de que maneira o processo de fascistização correspondeu a uma situação de crise política da pequena burguesia. O autor parte do princípio de que a crise da pequena burguesia está diretamente relacionada a uma crise hegemônica das classes dominantes na Alemanha e na Itália. Essa crise hegemônica está vinculada à crise de representatividade dos partidos burgueses. Sem dúvida, essa é uma das principais rejeições do fascismo: a rejeição da democracia e, por conseguinte, do sistema parlamentar e do pluralismo dos partidos.

O processo de fascistização e o fascismo correspondem a uma situação de crise política da pequena burguesia, e à sua constituição em autêntica força social pelo meio indireto dos partidos fascistas.

Esta crise da pequena burguesia, à parte dos fatores que atuam para a pequena burguesia como para as demais classes sociais, está diretamente condicionada, aqui, pela crise hegemônica das classes dominantes na Alemanha e na Itália. Com efeito, a pequena burguesia, classe “intermediária”, acha-se sempre afetada por uma crise maior que chega às forças fundamentais das formações capitalistas. A crise das classes dominantes afeta, em regra geral, a pequena burguesia de maneira direta. Assim, antes da estabilização e durante o primeiro período de crise aberta entre a burguesia e o operariado, uma grande parte da pequena burguesia assentou-se francamente do lado deste. Sem que se possa traçar uma linha clara de demarcação entre as duas frações da pequena burguesia, pode-se dizer que foi, principalmente, o caso dos empregados assalariados.

Depois dessa guinada clara para o lado do operariado, sendo este derrotado, esta parte da pequena burguesia pareceu fixar-se, durante a etapa de estabilização, sobre a social-democracia.

Sem embargo, as coisas não se detiveram aí: a pequena burguesia estava decepcionada com a social-democracia, que não defendia seus interesses. Afastada da social-democracia, a pequena burguesia encontrou-se, em seu conjunto, e com o início do processo de fascistização, frente à instabilidade e à incapacidade hegemônica das classes e frações dominantes, marcando a crise da representatividade dos partidos burgueses. Estes partidos, sem deixar de encontrar-se diretamente vinculados aos interesses de classe do bloco no poder, eram ao mesmo tempo a causa da incapacidade da pequena burguesia para erigir-se em partido próprio, os “representantes” da pequena burguesia.

Bem, esses partidos achavam-se rompidos com suas próprias classes e frações do bloco no poder. *Isto afetava diretamente seu vínculo de representatividade com a própria pequena burguesia*; esta não compreendia que esses partidos já não eram mais que grupelhos de parlamentários. A perda da influência real desses partidos no cenário político, influência real que lhes estava atribuída por seu vínculo com classes e frações distintas da pequena burguesia, conduziu a própria pequena burguesia a afastar-se deles. Assim ficou aberto o caminho aos partidos fascistas.

Poulantzas, Nicos. A crise política. *In: Revista Mosaico*. Belo Horizonte, DCE-UFMG, novembro de 1972, pp. 63-4.

58. PSICOLOGIA DO NAZISMO

Erich Fromm

As interpretações do fascismo têm sido debatidas ao longo de vários anos. François Châtelet, em sua obra História das Idéias Políticas, enumera cinco tipos de explicações a partir de sínteses historiográficas mais recentes: a explicação culturalista, que busca centrar a sua análise nas especificidades nacionais dos países que o adotaram; a explicação pelo totalitário, na qual o nazismo é relacionado e confundido com as ditaduras de massas dos tempos modernos; a explicação econômica, em que o fascismo aparece como uma solução para o capital ameaçado, constituindo-se em uma contra-revolução; a explicação psíquica, que centra a sua análise não no sistema fascista, mas sim no homem fascista e, por fim, as explicações sociológicas, nas quais o nacional-socialismo aparece caracterizado como um extremismo de centro, da classe média, e reconhecido como uma das vias para a modernização (cf. Châte-

let, op. cit., pp. 247-61). *Erich Fromm busca na via psíquica a explicação para o fascismo, pois o fascínio exercido tem "de ser interpretado em bases psicológicas", assim como a busca de uma identidade social.*

Em nosso modo de ver, nenhuma dessas explicações que sublinham fatores políticos e econômicos excluindo os psicológicos – ou vice-versa – está certa. O nazismo é um problema psicológico, mas os próprios fatores psicológicos têm de ser interpretados como sendo moldados por fatores sócio-econômicos; o nazismo é um problema econômico e político, porém o fascínio por ele exercido sobre um povo inteiro tem de ser interpretado em bases psicológicas. O que nos interessa neste capítulo é este aspecto psicológico do nazismo, sua base humana. Isto insinua dois problemas: a estrutura do caráter das pessoas a quem ele atraiu e as características psicológicas da ideologia que o transformou em instrumento tão eficaz com relação àquelas mesmas pessoas.

Ao considerar a base psicológica para o sucesso do nazismo, esta diferenciação tem de ser feita desde logo: uma parte da população curvou-se ao regime nazista sem qualquer resistência vigorosa, mas também sem se converter em admiradora da ideologia nazista e de suas práticas políticas. Outra parte foi profundamente atraída pela nova ideologia e fanaticamente apegada aos que a proclamaram. O primeiro grupo consistia sobretudo da classe operária e da burguesia liberal e católica. A despeito de uma excelente organização, especialmente entre a classe operária, estes grupos, embora continuamente hostis ao nazismo desde seu início até 1933, não revelaram a resistência interior que seria de esperar como resultante de suas convicções políticas. Sua vontade para resistir fraquejou rapidamente e desde então causaram escassa dificuldade ao regime (exceto, está claro, a pequena minoria que lutou heroicamente contra o nazismo durante todos estes anos). Psicologicamente, esta presteza em submeter-se ao regime nazista parece dever-se, principalmente, a um estado de fadiga e resignação interior, que, conforme está indicado no capítulo seguinte, é característico do indivíduo da era atual, mesmo em países democráticos. Na Alemanha, uma outra condição estava presente, no que toca à classe operária: a derrota sofrida por ela após as primeiras vitórias na revolução de 1918. A classe operária entrara no período de pós-guerra com vivas esperanças de concretização do socialismo ou, no mínimo, de uma elevação acentuada de sua posição política, econômica e social; porém, sejam quais forem as razões, testemunhara uma série ininterrupta de insucessos, que acarretou seu desapontamento completo. No começo de 1930, os frutos de suas vitórias iniciais estavam quase completamente dissipados e o resultado foi um sentimento vívido de resignação, de des-

crença em seus chefes, de dúvida sobre o valor de qualquer espécie de organização e atividade política. Ainda continuavam membros dos respectivos partidos e, conscientemente, continuavam acreditando em suas doutrinas políticas; porém, bem no íntimo, muitos haviam desistido de qualquer esperança na eficácia da ação política.

Um incentivo adicional para a lealdade da maioria da população ao Governo nazista entrou em ação após a subida de Hitler ao poder. Para milhões de pessoas, o governo de Hitler passou a ser idêntico a “Alemanha”. Uma vez de posse do poder, combatê-lo implicava desligar-se da comunidade dos alemães; quando os outros partidos políticos foram abolidos e o Partido Nazista tornou-se a Alemanha, a oposição a ele significava oposição à Alemanha. Parece que nada é mais difícil para o homem comum do que suportar o sentimento de não identificar-se com nenhum grupo maior. Por mais que um cidadão alemão possa opor-se aos princípios do nazismo, se tiver de optar entre ficar sozinho e sentir que pertence à Alemanha, como regra optará pela última solução. Pode ser observado, em muitos casos, que os alemães que não são nazistas mesmo assim defendem o nazismo contra críticas de parte de estrangeiros, porquanto acham que um ataque ao nazismo é um ataque à Alemanha. O medo ao isolamento e a relativa debilidade dos princípios morais auxiliam qualquer partido a conquistar a lealdade de grande setor da população, uma vez que este haja capturado o poder do Estado.

Fromm, Erich. *O Medo à Liberdade*. 14^a ed., Rio de Janeiro, Zahar 1983, pp. 167-8.

59. REFLEXOS DA CRISE DE 1929 NA ALEMANHA

Lionel Richard

O livro *A República de Weimar*, de Lionel Richard, da coleção “A vida cotidiana”, apresenta-nos, de maneira bem estruturada, o breve período da existência da primeira democracia parlamentar da história alemã, que sucumbiu com a subida dos nazistas ao poder. O autor nos chama a atenção para o aspecto contraditório da situação econômica da Alemanha no pequeno período de catorze anos. Até 1924 o quadro é instável, com a inflação e o aumento do desemprego. Depois, com a ajuda americana de 110 milhões de dólares, houve um aumento da produção e uma redução do desemprego. No final de 1929, com a crise econômica, toda a prosperidade desabou. Em 1932, como observa o autor, 44% da população ativa estava desempregada. O texto selecionado nos permite compreender o quadro econômico-social que possibilitaria a emergência definitiva do fenômeno nazista.

Em 1929, o número dos desempregados representa 14,6% da população ativa. Em 1930, mais de 22%. Em 1931, o aumento é de 12%. E em 1932, chega-se a quase 45%: 5,5 milhões de pessoas sem emprego! De que vivem elas? Durante vinte semanas, elas têm direito a um seguro-desemprego que equivale a cerca de 33% do salário. Depois, durante quarenta semanas, recebem o auxílio de crise, ou seja: 20% do salário apenas. Finalmente, como é geralmente impossível encontrar trabalho, recebem a assistência municipal, uma esmola que evita apenas que morram de fome. Em 1932, essa ajuda oscila entre quarenta e sessenta marcos por mês, e, no entanto, é preciso contar no mínimo com vinte marcos para o aluguel de um pardieiro, e o pão de 1,5 quilo custa 51 *pfennige*, mais da metade de um marco.

Na realidade, 2 milhões de desempregados em média não recebiam ajuda alguma. O limite de idade que dava direito a um abono fora elevado, com efeito, de 16 para 21 anos. E as mulheres casadas deviam fornecer provas de que sua situação familiar necessitava de um socorro financeiro. A única perspectiva que se oferecia a homens e mulheres cujas famílias passavam necessidades era buscar o que comer nos detritos das latas de lixo, prostituir-se ou mendigar. Ou então suicidar-se.

Nas estações de metrô, relata Alexandre Arnoux a propósito de uma viagem a Berlim em 1931, mendigos abordam os passantes. “Meretrizes com botas ou botinas, algumas das quais, ao que parece, são homens travestidos”, chamam os clientes sob as luzes da rua desde que cai a noite. Senhores corretamente vestidos ou mães com suas crianças pedem alguns *pfennige* para comer. Há tantos suicídios na cidade, conta ainda Alexandre Arnoux, que os jornais foram proibidos de noticiá-los para não desencorajar ainda mais a população.

Para a maioria dos que dispunham de um trabalho regular, as condições de vida se haviam igualmente degradado. Entre 1930 e 1932, os salários sofreram uma perda de 20 a 30%. Os impostos tinham aumentado. As aposentadorias e as pensões de guerra não tinham sido reajustadas. Muitos pequenos camponeses, reduzidos à miséria pelo pagamento de empréstimos e de hipotecas bancárias, eram obrigados a abandonar suas terras e empregar-se como criados em grandes propriedades, ou a emigrar para as cidades. Os empregados eram forçados a privar-se das aparências que eles tanto apreciavam e que os distinguiam dos operários.

Nos bairros de Moabit, de Wedding ou de Neuköll, em Berlim, assim como em todos os subúrbios de cidades operárias, as ruas se enchiam, no final de cada mês, de carroças sobre as quais se amontoava todo um bricabraque de pouco valor: famílias deixavam seu antigo alojamento porque não mais podiam pagar o aluguel.

Partiam em busca de um lugar onde instalar-se, um casebre, ou pelo menos de um pântano de imóvel ou um pântano de fundos.

Durante esse tempo, as revistas exibiam fotos de moda e anúncios publicitários dos últimos Ford, Chevrolet ou Mercedes. Os primeiros gravadores eram apresentados ao público. Químicos haviam obtido, a partir de gafanhotos que faziam razias na África, a extração de uma gordura que podia servir para a fabricação de sabão. E, cúmulo do progresso técnico na vida cotidiana, certas construções de Berlim tinham sido dotadas de distribuidores automáticos que, com a introdução de cascas de batatas destinadas depois à alimentação do gado, ofereciam um feixe de lenha e um bilhete de loteria!

Ainda em Berlim, mas também em Frankfurt e em Hamburgo, as cervejarias, os *music-halls*, os cinemas estavam cheios de uma clientela que os freqüentava sobretudo para aplacar a sua sede de esquecimento. O pessoal não mais recebia salário fixo, apenas o que comer. Nos *dancings*, que eram muitos, jovens sem trabalho ficavam horas diante de um copo e de um pedaço de pão, escutando música. Um pouco mais adiante, luxo e bem-estar pareciam não ter desaparecido. Automóveis cruzavam as ruas. Abundavam merceadorias nas lojas.

Richard, Lionel. *A República de Weimar*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, pp. 112-4. (Coleção a Vida Cotidiana.)

60. PROGRAMA DO PARTIDO NACIONAL SOCIALISTA DOS TRABALHADORES ALEMÃES

O programa do NSDAP (National-Sozialistische Deutsche Arbeiter-Partei) nos ajuda a compreender melhor a natureza do movimento nazista na Alemanha. Depois de subir ao poder, o NSDAP se tornou o único partido legal na Alemanha. Edwin Fenton faz uma interessante observação sobre o título do partido: "Cada palavra no título exprimia teoricamente uma característica fundamental do nazismo. (...) Tome-se, por exemplo, a palavra alemão. Com esta palavra, Hitler não queria falar de todas as pessoas nascidas na Alemanha ou que tinham se tornado cidadãos alemães, mas apenas as de sangue 'ariano'; nenhum judeu, alemão de nascimento, poderia pertencer ao partido, mesmo que o quisesse". Através da leitura do documento, podemos perceber claramente quais os grupos que essa proposta partidária pretendia atrair para as suas fileiras. Fenton observa ainda que "Hitler também utilizou a palavra socialista com um sentido muito diferente do de Marx ou do empregado pelos socialistas moderados da Europa ocidental e dos Estados Unidos". (Fenton, op. cit., p. 148.)

Munique, 24 de fevereiro de 1920

O programa do Partido operário alemão é um programa para a nossa época. Os seus líderes recusam-se, uma vez alcançados os objetivos nele inscritos, a formular outros unicamente com a finalidade de possibilitar que se prolongue a existência do partido excitando artificialmente o descontentamento das massas.

1. Exigimos a reunião de todos os alemães numa grande Alemanha, fundamentados no direito dos povos a dispor de si mesmos.

2. Exigimos igualdade de direitos entre o povo alemão e as demais nações, e a abolição dos tratados de paz de Versalhes e de Saint-Germain.

3. Exigimos terras (colônias) para alimentar o nosso povo e nelas instalar a nossa população excedente.

4. Somente os membros do povo podem ser cidadãos do Estado. Só pode ser membro do povo aquele que possui sangue alemão, sem consideração de credo. Nenhum judeu, portanto, pode ser membro do povo.

5. Quem não é cidadão só pode viver na Alemanha como hóspede e deve submeter-se à legislação relativa a estrangeiros.

6. O direito de decidir sobre o governo e a legislação do Estado só pode pertencer ao cidadão. Por conseguinte, exigimos que toda função pública, seja ela qual for, tanto ao nível do Reich como do *Land* ou da comuna, só possa ser ocupada por quem é cidadão.

Combatemos o sistema parlamentar corruptor por atribuir postos unicamente em virtude de um ponto de vista de partido, sem consideração do mérito nem da aptidão.

7. Exigimos que o Estado se comprometa a assegurar, antes de qualquer outra coisa, condições de vida e de subsistência aos seus cidadãos. Se não é possível alimentar o conjunto da população do Estado, cumpre expulsar do Reich os súditos das nações estrangeiras (não-cidadãos).

8. Toda imigração suplementar de não-alemães deve ser impedida. Exigimos que todos os não-alemães entrados na Alemanha desde 2 de agosto de 1914 sejam obrigados a deixar o Reich imediatamente.

9. Todos os cidadãos devem possuir direitos e deveres iguais.

10. O primeiro dever de todo cidadão deve ser produzir, intelectual ou fisicamente. A atividade do indivíduo não deve prejudicar os interesses da comunidade, mas ser exercida dentro de um contexto geral e em proveito de todos. Exigimos, por conseguinte:

11. A supressão dos rendimentos a que não corresponda trabalho ou esforço, o fim da escravidão ao juro.

12. Levando-se em conta os imensos sacrifícios em bens e em sangue derramado que toda guerra exige do povo, o enriquecimento

pessoal graças à guerra deve ser qualificado de crime contra o povo. Exigimos, portanto, a recuperação total de todos os lucros de guerra.

13. Exigimos a nacionalização de todas as empresas (já) estabelecidas como sociedades (trustes).

14. Exigimos participação nos lucros das grandes empresas.

15. Exigimos que se ampliem generosamente as aposentadorias.

16. Exigimos a constituição e a manutenção de uma classe média sadia, a estatização imediata das grandes lojas, e o seu aluguel a preços baixos a pequenos comerciantes, cadastramento sistemático de todos os pequenos comerciantes para atender às encomendas do Estado, dos *Länder* e das comunas.

17. Exigimos uma reforma agrária apropriada às nossas necessidades nacionais, a elaboração de uma lei sobre a expropriação da terra sem indenização por motivo de utilidade pública, a supressão da renda fundiária e a proibição de qualquer especulação imobiliária.

18. Exigimos uma luta impiedosa contra aqueles cujas atividades prejudicam o interesse geral. Os infames criminosos contra o povo, agiotas, traficantes etc., devem ser punidos com pena de morte, sem consideração de credo ou raça.

19. Exigimos que se substitua o direito romano, que serve à ordem materialista, por um direito alemão.

20. Com o fito de permitir a todo alemão capaz e trabalhador alcançar uma instrução de alto nível e chegar assim ao desempenho de funções executivas, deve o Estado empreender uma reorganização radical de todo o nosso sistema de educação popular. Os programas de todos os estabelecimentos de ensino devem ser adaptados às exigências da vida prática. A assimilação dos conhecimentos de instrução cívica deve ser feita na escola desde o despertar da inteligência. Exigimos a educação, custeada pelo Estado, dos filhos – com destacados dotes intelectuais – de pais pobres, sem se levar em conta a posição ou a profissão desses pais.

21. O Estado deve tomar a seu cargo o melhoramento da saúde pública mediante a proteção da mãe e da criança, a proibição do trabalho infantil, uma política de educação física que compreenda a instituição legal da ginástica e do esporte obrigatórios, e o máximo auxílio possível às associações especializadas na educação física dos jovens.

22. Exigimos a abolição do exército de mercenários e a formação de um exército popular.

23. Exigimos que se lute pela lei contra a mentira política deliberada e a sua divulgação através da imprensa. Para que se torne possível a constituição de uma imprensa alemã, exigimos:

a) que todos os redatores e colaboradores de jornais editados em língua alemã sejam obrigatoriamente membros do povo (*Volks-genossen*);

b) que os jornais não-alemães sejam submetidos à autorização expressa do Estado para poderem circular. Que eles não possam ser impressos em língua alemã;

c) que toda participação financeira e toda influência de não-alemães sobre os jornais alemães sejam proibidas por lei, e exigimos que se adote como sanção para toda e qualquer infração o fechamento da empresa jornalística e a expulsão imediata dos não-alemães envolvidos para fora do Reich.

Os jornais que colidirem com o interesse geral devem ser interditados. Exigimos que a lei combata as tendências artísticas e literárias que exerçam influência debilitante na vida do nosso povo, e o fechamento dos estabelecimentos que se oponham às exigências acima.

24. Exigimos liberdade dentro do Estado para todos os credos religiosos, na medida em que não ponham em risco a sua existência e não contrariem o espírito dos costumes e da moral da raça germânica. Quanto ao partido, defende a idéia de um cristianismo positivo, sem, no entanto, vincular-se a um credo determinado. Combate o espírito judeu-materialista em nós e em torno de nós, e está convencido de que um saneamento duradouro do nosso povo só pode realizar-se internamente com base no seguinte princípio: o interesse coletivo prevalece sobre o interesse individual.

25. Para a realização de todas essas reivindicações, exigimos que se constitua no Reich um poder central forte; a autoridade absoluta do Parlamento central sobre todo o Reich e os seus organismos. A constituição de câmaras de ofícios e profissões para que se apliquem nos diferentes Estados federais leis de cunho geral editadas pelo Reich.

Os dirigentes do partido prometem empenhar-se totalmente, com o risco da própria vida se necessário for, para a realização do programa acima.

Programa do NSDAP. In: Buron Thierry e Gauchon, Pascal, *Os Fascismos*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, pp. 87-91. (Biblioteca de Cultura Histórica).

61. A TRAIÇÃO

Bertolt Brecht

Bertolt Brecht foi um dos intelectuais alemães que se colocaram contra o regime nazista. Socialista, fez parte do conselho dos trabalhadores e soldados de Augsburg. Poeta e dramaturgo, denunciou a tirania e a opressão do nazismo nas suas obras. Conheceu o filósofo Walter Benjamin em 1929 e com ele elaborou o projeto de uma revista. Em 1933 a representação de sua peça "A decisão" foi interrompida pela polícia, sob a acusação de traição. Vivendo no exílio em vários países, continuou a sua produção intelectual até a morte em 1956. O texto selecionado faz parte da peça Terror e Misérias do III Reich. Ela foi escrita entre 1935 e 1938, a partir de notícias de jornal, rádio e informações clandestinas. Segundo Fernando Peixoto, (a peça) "é um painel de repressão e terror: o fascismo alemão em vinte e quatro cenas curtas, denunciando as consequências do Nazismo no mais íntimo cotidiano de uma sociedade mistificada, perdida e decomposta". A peça visava atingir os exilados alemães e, segundo Walter Benjamin, é um exemplo vigoroso do que considera "um possível teatro de emigração responsável e revelador". A pequena cena, denominada "A Traição" retrata, de forma sutil, a nazificação da sociedade. Seria interessante que fosse feito um debate em sala após a exibição do filme "Um amor na Alemanha", do polonês Wajda.

A TRAIÇÃO

Lá vêm os traidores. Delataram os vizinhos. Sabem que foram identificados. Será que a rua não esquece jamais? À noite não conseguem dormir. Mas ainda não chegou o dia final.

Breslau, 1933. Interior de um apartamento pequeno-burguês. Um dos homens e uma mulher estão de pé, junto à porta, escutando. Ambos muito pálidos.

MULHER – Já estão lá embaixo.

HOMEM – Ainda não.

MULHER – Quebraram o corrimão. Ele estava inconsciente quando o arrastaram para fora do apartamento.

HOMEM – Eu disse apenas que não era em nossa casa que se escutavam os programas da rádio estrangeira.

MULHER – Mas não foi só isso o que você disse.

HOMEM – Eu não disse mais nada.

MULHER – Não precisa me olhar assim. Se você não disse mais nada então não disse mais nada, pronto.

HOMEM – É isso mesmo.

MULHER – Por que não vai à polícia dizer que não houve reunião em casa deles, no sábado?

Pausa.

HOMEM – À polícia eu não vou. São umas feras. Você viu como o trataram.

MULHER – Também, para que ele se mete em política? Bem feito.

HOMEM – Também não precisavam ter rasgado o casaco dele. Gente pobre como nós não tem nada sobrando.

MULHER – Que importa o casaco?

HOMEM – Não precisavam ter rasgado o casaco dele.

Brecht, Bertolt. *Terror e Misérias do III Reich*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, pp. 13-4 (Coleção Teatro de Bertolt Brecht, v. 6).